

Cepal: Brasil perdeu com reformas

Estudo mostra que abertura e privatização não fizeram PIB crescer

Flávia Oliveira

• O Brasil integra o time dos perdedores no que diz respeito ao crescimento econômico depois das reformas implementadas na década de 90. A conclusão consta de estudo da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal), cujos resultados preliminares foram divulgados ontem no Rio. A pesquisa engloba os nove países que promoveram abertura comercial e financeira e privatizaram estatais nos últimos anos. Do total, cinco tiveram desempenho abaixo da média da região: Colômbia, Costa Rica, México e Jamaica, além do Brasil.

A economista Barbara Stallings, diretora da Divisão de Desenvolvimento Econômico da Cepal, revela que nos anos pós-reforma — período que coincide com o fim dos anos

80 e a década atual — o crescimento econômico dos perdedores foi de 3,2% ao ano, em média. O resultado é quase metade dos 6,1% anuais observados entre 1950 e 1980 — período que a Cepal escolheu como referência. No Brasil, a situação não é diferente: o variação do PIB caiu de 7% para 2,8% no mesmo período.

Argentina e Chile estão entre os vencedores

Entre as economias classificadas pela Cepal como vencedoras, estão Argentina, Chile, Bolívia e Peru. Nos quatro países, o crescimento médio do PIB após as reformas ficou em 5,9% contra 4% no período anterior. A economista Barbara Stallings, diretora da Divisão de Desenvolvimento Econômico da Cepal, assinala que todos os países ganhadores tiveram mau desempenho do PIB

no período de referência:

— As conclusões não são definitivas, porque as reformas estão em andamento em quase todos os países — afirma a economista, que participou do penúltimo dia do VII Congresso de Economistas da América Latina e Caribe, que termina hoje no Hotel Glória.

Barbara destaca que apenas o Chile já ultrapassou as duas primeiras fases das reformas e, agora, vive um período de crescimento nunca visto de investimentos na produção. No Brasil, a abertura econômica e a privatização se confunde com fase seguinte de mudanças, que trata da criação de instituições reguladoras.

Mesmo sem os dados definitivos, Barbara diz que as reformas econômicas não reduziram a desigualdade de renda na América Latina, embora não as tenha aumentado. ■